

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.189 - SP (2018/0178616-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : R E
ADVOGADOS : ANTÔNIO GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR - SP127619
CARLO RODRIGO CREPALDI LOPES - SP191343
AGRAVANTE : I D F
ADVOGADO : GERALDO FRANCISCO DO N.SOBRINHO - SP152399
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL COM PARTILHA DE BENS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA.

AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por I D F contra inadmissão, na origem, de seu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 1050):

DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - Ação ajuizada pelo ex-companheiro em face da ex- companheira - Dissolução, partilha de bens e alimentos - Procedência parcial do pedido - Inconformismo de ambas as partes - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Inexistência de vício na escritura pública de união estável e de irregularidade das doações efetivadas ao autor - Exclusão dos bens de propriedade do autor - Partilha dos imóveis registrados em nome das partes na constância da união - Bens móveis partilhados genericamente pela r. sentença - Necessidade de individualização e apuração na fase de liquidação - Guarda do filho menor corretamente concedida ao autor - Vontade do menor - Alimentos para a ex-companheira fixados adequadamente em 5 salários mínimos - Garantia de padrão de vida pelo tempo necessário para a reinserção no mercado de trabalho - Sentença mantida - Recursos desprovidos com observação.

Os embargos de declaração opostos por R E foram rejeitados com observação no seguinte sentido (e-STJ fl. 1090-1094):

Por fim, para evitar rediscussão sobre a matéria, é oportuna a observação tão somente quanto à apuração do valor dos automóveis partilhados, devendo ser considerado o valor de mercado da época da separação das partes (dezembro/2013 - fls. 3).

Os embargos de declaração opostos por I D F também foram rejeitados. (e-STJ fl. 1108-1111).

Nas razões de seu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" do inciso III do Artigo 105 da Constituição Federal, a parte recorrente I D F sustenta vulneração aos arts. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015. Assevera que há ambiguidade, obscuridade e contradição nos motivos adotados pelo acórdão recorrido que, apesar de reconhecer a validade da escritura pública de união estável, *"determina a partilha de bens, inclusive com alusão a patrimônio comum do casal e determinação para divisão de bens móveis"* (e-STJ fl. 1069). Aduz que houve julgamento "extra petita", pois a sentença, que foi ratificada pelo acórdão, limitou a questão das partes aos exatos termos da escritura pública de união estável. Aponta omissão com relação aos arts. 1.659, I e II, e 1660, I, do CC. Acredita que *"o Acórdão não analisou corretamente os exatos termos da escritura pública de união estável, cuja validade, legalidade e vigência foi declarada e atestada pela sentença, a qual foi confirmada e ratificada pelo próprio Acórdão recorrido"* (e-STJ fl. 1071).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 1172-1197).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 1269-1275).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as

interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Verifico que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia. O Tribunal de origem, no caso, julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apreciação.

Com efeito, a parte alega que o acórdão é contraditório, ambíguo, contraditório e até omissivo com relação aos arts. 1.659, I e II, e 1660, I, do CC, pois, apesar de reconhecer a validade da escritura de união estável, na qual consta que os bens adquiridos por cada parte na constância da união estável não serão partilhados, determina a partilha de bens.

No ponto, o Tribunal de São Paulo foi expresso no sentido de que seria partilhado apenas o bem comum. Assim se manifestou (e-STJ fl. 1055):

Assim, será partilhado apenas o bem imóvel descrito às fls. 24/28, já que registrado em nome das partes, constituindo-se assim em bem comum, o mesmo ocorrendo com o imóvel objeto da matrícula nº 34.694 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Marília (fls. 17/23).

Nesse ponto, vale dizer que o autor emitiu os cheques utilizados para pagamento desse imóvel, sendo que na escritura de fl. 16 constou que "(...) e quanto aos bens móveis e imóveis, inclusive aplicações financeiras adquiridos e realizadas na constância da união estável, pelos conviventes, pertencerão a cada um deles, na proporção da contribuição que fizerem para a formação desse patrimônio, conforme nota fiscal, escritura pública, certificado de registro de veículo, extrato bancário ou outro documento hábil para esse fim, não havendo, portanto, condomínio entre os conviventes sobre o patrimônio exclusivo de cada companheiro".

Como se vê não há vício no acórdão, mas apenas discordância da parte com o decidido, como bem observou a Corte Estadual no acórdão dos embargos de declaração opostos (e-STJ fl. 1111).

Não há, pois, obscuridade e omissão. O que se nota é que a parte embargante não concorda com o que foi decidido, buscando um novo julgamento, o que não é possível na via dos

embargos de declaração.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n. 7/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do Novo Código.

Destarte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, arbitro os honorários recursais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator